



JFES realiza 1º mutirão de processos sobre danos morais e materiais

Será realizado, entre os dias 17 e 20 de outubro, no auditório da Justiça Federal, em Vitória-ES, o primeiro mutirão de ações de danos morais e materiais movidas contra a Caixa Econômica Federal. Os processos estão em tramitação no 1º e no 2º Juizados Especiais Federais da capital.

Nos quatro dias de mutirão, serão realizadas cerca de duzentas audiências. Os processos dizem respeito a questões que podem gerar algum pedido de indenização, seja por dano material ou dano moral, como saques indevidos, problemas contratuais, financiamento estudantil, cartão de crédito, entre outros.

O mutirão é organizado pelo Centro Judiciário de Solução de Conflitos e Cidadania, que atua sob a coordenação do Núcleo Permanente de Solução de Conflitos e Cidadania, do TRF da 2ª Região, dirigido pelo desembargador federal Guilherme Calmon Nogueira da Gama.

A lista com os processos que participarão do mutirão será disponibilizada em breve no *site*: www.jfes.jus.br.

Presidente do TRF2 mantém liminar que suspende aumento de IPI por 90 dias para carros da Chery

A presidente do TRF2, desembargadora federal Maria Helena Cisne, negou o pedido de suspensão da liminar concedida pela Justiça Federal de Vitória (ES), que impede, por 90 dias, o aumento de 13 para 43 por cento do imposto sobre produtos industrializados (IPI) determinado pela União para carros importados de fora do Mercosul e do México. A decisão vale apenas para os veículos distribuídos pelo grupo Venko Motors do Brasil Importadora e Exportadora Ltda., que ajuizou na primeira instância mandado de segurança contra a medida do governo. A Venko Motors representa no Brasil a montadora chinesa Chery Motors. O mérito do mandado de segurança ainda será julgado.

Ao conceder a liminar, o juiz de primeiro grau destacou que o artigo 150 da Constituição Federal veda a cobrança de tributos “antes de decorridos noventa dias da data em que haja sido publicada a lei que os instituiu ou aumentou”. Em suas alegações, a União citou o risco de grave lesão à ordem e à economia públicas, em razão do “altíssimo déficit comercial que tem prejudicado empregos, bem como a indústria nacional que se vê em desvantagem frente às indústrias estrangeiras”. Ainda, a União afirmou que o saldo da balança comercial brasileira referente ao setor automotivo já caiu de 9,6 para 6 bilhões de dólares. Além disso, sustentou que outras importadoras poderão se valer do precedente

criado pelo judiciário para “destruir uma política macroeconômica séria e profundamente analisada, executada com lastro na Constituição da república e nas leis que regulamentam a matéria”.

O aumento na alíquota do IPI para carros importados foi definido no Decreto 7.567, de 2011. Em sua decisão, a desembargadora federal Maria Helena Cisne lembrou que, após esgotarem-se os estoques das agências de automóveis, é esperado que diminua a procura por carros importados, levando em conta que o preço final, com a nova alíquota, deve ficar entre 25 e 28 por cento mais alto. Para a magistrada, a tendência é que os consumidores se adaptem à nova realidade, sendo que o alegado risco de grave lesão à ordem pública está em não se respeitar a carência de 90 dias ordenado pela Constituição: “A Administração Pública encontra-se por óbvio submetida às regras constitucionais que delineiam o sistema tributário. Em consequência, caso haja a necessidade da observância do princípio constitucional da anterioridade nonagesimal, para fins de aumento da alíquota, impõe-se evidentemente o respeito ao texto da carta constitucional. Caso contrário é de se reconhecer que haveria lesão à ordem pública, eis que a própria base jurídico-normativa do Estado brasileiro - a Constituição - estaria sendo agredida”.

Proc. 2011.02.01.012698-8. ACOS/TRF2

2º Seminário da Justiça Federal

FILOSOFIA & DIREITO

21, 25 e 27/10, 16h30

Auditório Luiz Eduardo Pimenta Pereira (Justiça Federal, Monte Belo, Vitória)

Magistrados e servidores recebem homenagem

A Justiça Federal realiza nesta sexta-feira, 07, às 16 horas, solenidade em homenagem aos magistrados servidores que completam de 13 a 15 anos de dedicação à Seção Judiciária do Espírito Santo.

Presidida pelo diretor do foro da SJES, juiz federal Fernando Cesar Baptista de Mattos, a cerimônia conta com a presença do desembargador federal do Tribunal Regional Federal da 2ª Região, Luiz Antonio Soares, e da titular da 2ª Vara Federal Cível, juíza federal Enara de Oliveira Olímpio Ramos Pinto. Atuando há 13 anos na magistratura federal capixaba, a juíza está entre os homenageados, cuja lista também contempla os juízes federais Alexandre Miguel, titular da 1ª VF Cível, e a juíza federal Maria Cláudia de Garcia Paula Allemand, titular da 5ª VF Cível. Ambos completam 14 anos de jurisdição na Seccional.

Além dos magistrados, 60 servidores dos cartórios e das áreas administrativas recebem o carinho dos colegas e o reconhecimento da Seção Judiciária.

Abrilhantado pela apresentação do Coral da Justiça Federal, o evento faz parte das comemorações pelo Dia do Servidor Público, reverenciado no dia 28 de outubro.



VAGAS LIMITADAS

Inscrições: ncs@jfes.jus.br - Entrada: 1 kg de alimento não perecível

21/10 *Palestra de Abertura* - Ministro Gilmar Ferreira Mendes (STF)

25/10 *Poder Judiciário e Hermenêutica Constitucional*

Professor Dr. Willis Santiago Guerra Filho

Nova Hermenêutica e Pós-positivismo: adoração, saturação ou renovação? Professor Dr. Rodolfo Viana Pereira (UFMG)

27/10 *Aproximação a uma concepção fenomenológica do Direito*

Professor Dr. Aquiles Côrtes Guimarães (UFRJ)

Hermenêutica Filosófica e Direito

Juiz Federal Ricarlos Almagro Vitoriano Cunha (JFES)

Obs.: Programação sujeita a alterações

Justiça Federal quer acelerar julgamento de ações previdenciárias nos juizados

O grupo de trabalho criado pela parceria entre a Corregedoria Nacional de Justiça e a Corregedoria-Geral da Justiça Federal para enfrentar os gargalos dos juizados especiais federais (JEFs) reuniu-se no dia 29 de setembro, na sede do Conselho da Justiça Federal (CJF). A Corregedora Nacional de Justiça, ministra Eliana Calmon, abriu os trabalhos ao lado do Corregedor-Geral da JF e presidente da Turma Nacional de Uniformização dos Juizados Especiais Federais (TNU), ministro João Otávio Noronha. Em videoconferência com representantes dos JEFs das cinco regiões da Justiça Federal, os ministros estavam acompanhados do juiz auxiliar da Corregedoria Nacional de Justiça Ricardo Cunha Chimenti e Erivaldo Ribeiro dos Santos, do juiz federal em auxílio à Corregedoria-Geral, Márcio Mafra, e de representantes da Presidência do INSS e da Procuradoria Federal Especializada junto ao INSS.

A reunião teve por objetivo traçar estratégias que acelerem os julgamentos dos processos previdenciários, que representam 70% das ações que tramitam nos JEFs. “A Previdência Social quer baixar este índice e não quer

ficar conhecida como o maior litigante da nação”, disse a ministra Eliana Calmon aos presentes. Segundo ela, os jurisdicionados são muito carentes e precisam da atenção da Justiça. “Precisamos julgar em tempo real os processos que chegam aos juizados”, enfatizou. Ela fez um apelo aos juízes estaduais que atuam com competência delegada para ações previdenciárias federais: “Nosso interesse é que o bom nome da Justiça prevaleça”.

A ministra agradeceu ao Corregedor-Geral da JF, ministro Noronha, a parceria no trabalho de desafogar os JEFs das ações previdenciárias: “O CJF é a casa de todos os JEFs. Como autoridade maior, o Corregedor está engajado neste programa”. De acordo com o ministro Noronha, não basta realizar mutirões de julgamentos nos juizados especiais se não houver ações semelhantes nas varas estaduais com competência delegada e na Turma Nacional de Uniformização (TNU). O Corregedor-Geral enfatizou a importância de se resgatar a capacidade decisória dos JEFs, referindo-se à simplificação das decisões e à uniformização da jurisprudência: “Já temos as principais teses

definidas. As decisões têm que ser simples”.

Cumprimento das sentenças - O INSS defendeu a atuação uniforme de suas agências quanto aos procedimentos de cumprimento das sentenças. Segundo a coordenadora de Gerenciamento e Prevenção de Litígios da Procuradoria do INSS, Gabriela Koetz da Fonseca, é importante, para isso, uma maior aproximação da autarquia com o Judiciário. Neste sentido, o Corregedor-Geral comprometeu-se a traçar cronograma para o cumprimento do passivo de sentenças. Segundo a juíza federal Therezinha Cazerta, existem só na Justiça Federal de São Paulo 44 mil processos pendentes de cumprimento.

O ministro Noronha sugeriu a implantação de sistema eletrônico para esse controle, evitando o envio de ofícios entre os juizados e o INSS. “Temos que desburocratizar a comunicação, proferir decisões bem enxutas para que possamos acabar com esse volume de processos”, salientou. Presente à videoconferência, o representante da Justiça Estadual especializado em jurisdição delegada informou ao grupo que a Justiça Estadual, ao contrário da Federal, não tem acesso ao banco de dados do INSS e uma informação que seria obtida pela Justiça Federal em minutos leva meses pela Justiça Estadual, já que depende da troca de ofícios entre os órgãos. O ministro Noronha

prometeu cuidar pessoalmente para que todos os tribunais de Justiça tenham acesso aos dados do INSS, bem como para que a comunicabilidade entre os sistemas do Judiciário e da autarquia seja uma realidade, como, por exemplo, a disponi-



bilidade do sistema de cálculos do INSS aos magistrados.

Prévio requerimento - O grupo de trabalho debateu a questão do que chamaram “indústria de ações previdenciárias” nos juizados, principalmente os das pequenas cidades. Diante da necessidade de prévio requerimento no INSS para a concessão de benefício assistencial, muitos advogados estariam exortando candidatos a benefícios a não apresentarem os documentos necessários à concessão perante o INSS para, assim cumprida a exigência do prévio requerimento na autarquia, ingressarem com ações judiciais com toda a documentação exigida. A concessão do benefício pela Justiça renderia honorários advocatícios exorbitantes.

Como a questão do prévio requerimento encontrase sobrestada na TNU aguardando o julgamento da repercussão geral do tema pelo Supremo Tribunal Federal (STF), o ministro Noronha disse ser necessário buscar soluções caso a caso. “Isto é fazer a Justiça de boba. É inegável que existe uma indústria de ações previdenciárias se aproveitando da humildade do beneficiário”, afirmou.

O Corregedor ouviu de cada região sugestões de medidas para o aprimoramento dos juizados, dentre as quais mais rigor no cumprimento das matérias já pacificadas na TNU. De acordo com o ministro Noronha, as reuniões, iniciadas em maio de 2011, pretendem buscar melhoras no atendimento ao cidadão que procura o INSS e a Justiça, de forma a reduzir o número de litígios, de recursos e demandas relacionadas às ações previdenciárias. “Só com o diálogo saberemos os problemas enfrentados por cada um. Por isso daremos continuidade às reuniões”, explica.

Assessoria de Comunicação Social do CJF

Primeira pesquisa de clima organizacional tem 26.750 adesões

Em sua primeira edição, a Pesquisa de Clima Organizacional e Satisfação dos Usuários contou com a participação de 26.750 pessoas, sendo 803 magistrados, 7.259 servidores e 18.688 usuários do Poder Judiciário. A pesquisa foi realizada de 1º a 30 de setembro, com o objetivo de mapear os desafios da Justiça Brasileira identificados pelos agentes e usuários da Justiça, contribuindo para a elaboração das diretrizes do planejamento anual que norteia o trabalho do CNJ.

A Pesquisa foi desenvolvida em parceria com o Departamento de Gestão Estratégica (DGE), Departamento de Pesquisa Judiciária (DPJ) e o Departamento de Tecnologia da Informação (DTI) do CNJ. “Com o resultado da pesquisa teremos a percepção de magistrados, servidores e usuários do Poder Judiciário – partes em processos e advogados – o que subsidia os objetivos para o próximo ano”, ressalta o diretor do Departamento de Gestão Estratégica do CNJ (DGE), Fabiano de Andrade Lima.

O resultado da pesquisa pauta parte das diretrizes para 2012, contribuindo para o planejamento do setor, com metas que serão apresentadas no próximo Encontro Nacional do Poder Judiciário, previsto para ocorrer nos dias 17 e 18 de novembro, em Porto Alegre (RS). O evento reunirá os presidentes de todos os tribunais brasileiros. **Paula Tubino - Agência CNJ de Notícias**